



Programa de Pós-graduação em História Social

**Intervenção Militar e Relações
Políticas em Duque de Caxias:
1964-1971**

Intervenção Militar e Relações Políticas em Duque de Caxias: 1964-1971.

Manoel Henrique de Sousa Cantalejo¹

Apresentação

A comunicação aqui realizada é fruto do projeto de pesquisa, em andamento, intitulada O Município de Duque de Caxias e a Ditadura Militar: 1964 a 1985. Nesse projeto pretendo estudar os efeitos da Ditadura Militar em dois de seus segmentos locais mais representativos: os políticos locais e os sindicatos, enfocando principalmente o sindicato dos Petroleiros de Duque de Caxias (Sindipetro-DC).

A escolha desse tema se deu a partir de uma questão surgida no início do contato com o objeto que se pretende estudar “por que ocorreu uma intervenção administrativa do governo militar em Duque de Caxias e não no Estado da Guanabara ou no Estado do Rio de Janeiro de forma tão efetiva?”.

Sendo assim, busco trabalhar alguns aspectos que constituíram as relações políticas e sociais, sucintamente desde os anos 40 até os anos 60, baseadas no clientelismo e também já esboçar algumas das novas relações políticas e sociais para depois do Golpe Militar até o ano de 1971, quando assumiu o primeiro interventor militar.

1. Duque de Caxias entre os anos 40, 50 e 60.

O processo de emancipação de Duque de Caxias, articulado pelos grupos políticos locais desde o início dos anos 40, foi feito, em 1943, pelo então interventor do Estado do Rio de Janeiro Amaral Peixoto. Nesse período, a localidade já sofrera intensa mudança pela chegada de migrantes nordestinos e dos poucos imigrantes europeus que vinham ocupar os loteamentos criados, a partir das antigas fazendas coloniais e que, em sua maioria, trabalhavam no Distrito Federal, transformando o município numa “cidade dormitório”.

Ainda, no mesmo ano, foi criada a Fábrica Nacional de Motores, em Xerém, uma empresa estatal (que depois passou para capital misto e por último foi privatizada, em 1968) e que seria responsável por produzir motores de avião para serem utilizados na II Guerra Mundial pelos Aliados, dentre os quais se incluía o Brasil.

Avançando um pouco no tempo e chegando a década de 50 e 60, além da violência ser lugar comum no cotidiano local, na política local é perceptível a existência

¹ Mestrando em História/Programa de Pós-Graduação em História Social/Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail para contato: manoeufjr@hotmail.com

de outras relações políticas, cabendo destacar aquelas mais ligadas a pesquisa. Uma primeira relação era o clientelismo, enquanto a indicação por parte de políticos de pessoas para a ocupação de cargos públicos e recomendações feita em seu nome, o que lhe conferia um prestígio político maior frente a outros políticos quanto a própria população.

Esse clientelismo pode ser tomado, a partir, de duas constatações feitas tanto por José Murilo de Carvalho quanto por Carlos Eduardo Sarmiento. O primeiro autor afirma o seguinte, para esse período,

*“as relações clientelísticas, nesse caso, dispensam a presença do coronel, pois ela se dá entre o governo, ou políticos, e setores pobres da população. (...). Nesse sentido, é possível mesmo dizer que o clientelismo se ampliou com o fim do coronelismo e que ele aumenta com o decréscimo do mandonismo”*².

Além desse aumento do clientelismo com o fim do coronelismo e decréscimo do mandonismo, após o final da chamada República Velha, Carlos Eduardo Sarmiento³ observa que essa prática estaria baseada em três aspectos que atuariam de maneira intercambiante: o primeiro é que a relação entre os grupos é assimétrica, ou seja, controlam recursos desiguais; o segundo aspecto é que se trata de uma relação particularista (privada) e, por último, os atores auferem benefícios mútuos.

A segunda relação percebida, na pesquisa, e ainda ligada a primeira diz respeito a disputas entre máquinas políticas, conforme conceito utilizado por Eli Diniz. Conforme demonstrado por essa autora, “o conceito de máquina política foi aprofundado em grande parte pela contribuição da sociologia e ciência política norte-americanas, a partir dos inúmeros estudos sobre a política local, nos grandes centros urbanos daquele país, entre fins do século passado e nas primeiras décadas deste século⁴”. Aqui, nesse estudo, as máquinas políticas” significam, como trabalhado pela autora, a formação de estruturas político-partidárias que permitiriam a manutenção de certos grupos políticos no poder.

² José Murilo de Carvalho. Pontos e Bordados: escritos de história e política. Belo Horizonte: UFMG, 1998, p. 134.

³ Carlos Eduardo Sarmiento. No balanço das redes: o individual e o coletivo nas relações clientelísticas. Rio de Janeiro: CPDOC, 2001.

⁴Eli Diniz. Voto e Máquina Política: patronagem e clientelismo no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 24.

Localmente, após o fim do Estado Novo, Tenório Cavalcanti, segundo Marlúcia Santos de Souza⁵, político udenista e depois, na década de 60, de partidos mais à esquerda (PST – Partido Social Trabalhista), através da ocupação de cargos públicos no Legislativo tanto municipal, estadual e federal e outras atividades paralelas – muitas vezes ilícitas – construiu uma máquina política local que pela ação clientelística junto a população pobre, escassa de infra-estrutura, conseguiu angariar uma sólida base eleitoral, o que possibilita enquadrá-lo dentro do modelo analítico proposto, anteriormente, por Eli Diniz.

Esse comentário realizado por Marlúcia Santos de Souza soa parecido com a análise feita por Israel Beloch⁶, que elaborou uma relação da violência e distribuição de favores por parte do Tenório Cavalcanti que lhe permitiu alcançar grande popularidade. Já Mario Grynspan⁷ mostra que essa diversificação de “idiomas” controlados por Tenório Cavalcanti: violência, o conhecimento jurídico, pois era advogado, e, a partir de 1954, dono do jornal A Luta Democrática, de circulação nacional, o possibilitou transitar por variados grupos políticos e sociais, construindo uma vasta rede de relações.

No entanto, essa base eleitoral tinha de ser conquistada numa disputa frente a máquina política estadual, comandada pelo PSD de Amaral Peixoto que se valia dos mesmo expedientes e buscava eleger os seus representantes na cidade para enfraquecer um dos seus maiores rivais políticos no antigo Estado do Rio de Janeiro.

Afora essas relações executadas pelos mandatários de máquinas políticas, tanto a nível local quanto estadual, e seus clientes, uma terceira relação política é detectável para esse momento. Com a ampliação dos setores ligados a indústria e aos serviços no município entre os anos 50 e 60 – período desenvolvimentista –, ocorreu o surgimento e o crescimento de movimentos sociais, principalmente, associações, ligas, organizações e sindicatos.

Esse período, na visão do memorialista Stélio Lacerda⁸ foi marcado, também, por grandes transformações urbano-industriais que mitigaram definitivamente o passado agrário da localidade. Ao mesmo tempo, marcou a chegada ao poder municipal de uma

⁵ Marlúcia S de Souza. Escavando o passado da cidade. Duque de Caxias e os projetos de poder político local: 1900-1964. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2002. Dissertação de Mestrado.

⁶ Israel Beloch. Capa Preta e Lurdinha: Tenório Cavalcanti e o povo da Baixada. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1984. Dissertação de Mestrado.

⁷ Mário Grynspan. Os Idiomas da Patronagem: um estudo da trajetória de Tenório Cavalcanti In Revista de Ciências Sociais, nº14. Rio de Janeiro: Vértice/ANPOCS, 1990, p. 73-90.

⁸ Stélio Lacerda. Uma passagem pela Caxias dos anos 60: Fragmentos de Memória e registro diversos. Duque de Caxias: Edição do Autor, 2001.

nova fração da classe dirigente da qual ele mesmo fez parte, porém, não demonstra os aspectos exógenos da política local que levaram a ascensão dessa nova classe dirigente⁹.

Essa expansão ganhou projeção nacional pela inauguração, em 1961, da Refinaria de Duque de Caxias – REDUC – e logo depois da Fábrica de Borracha – FABOR, atual PETROFLEX. No mundo do trabalho isso levou ao surgimento, em 1962, do Sindicato dos Petroleiros de Duque de Caxias (Sindipetro-DC), apesar de seus primeiros participantes como o sindicalista J¹⁰ narrarem que as atividades reivindicatórias já existiam antes mesmo do surgimento oficial do sindicato, quando o mesmo ainda estava ligado ao sindicato dos petroleiros da refinaria de manguinhos.

No entanto, uma vez criado esse novo sindicato, este rapidamente se integrou à atividade sindical local, marcada tanto por reivindicações corporativistas quanto pela forte coesão das representações de diferentes categorias e união nas reivindicações, além da exclusão frente às políticas clientelísticas locais, segundo apontam os primeiros dados da pesquisa. No entanto, segundo esse mesmo sindicalista ocorreu no início dos anos 60 uma ligação entre Tenório Cavalcanti – no seu momento mais à esquerda – e essas representações sindicais locais, participando inclusive de reuniões. Esse crescimento da atividade sindical fez com que os seus participantes ficassem, algumas vezes indiscriminadamente, rotulados como partidários do comunismo e Partido Comunista Brasileiro (PCB).

Porém, toda essa dinâmica política e relações sociais locais sofreram um entrave com a mudança de regime político efetivada pelo Golpe Militar de 31 de março de 1964, onde uma nova ordem política se impôs e alterou, de forma sensível, o transcorrer dessas relações.

2. A Ditadura Militar e a reorganização política local: 1964 a 1971.

Nesse momento, cabe tentar vislumbrar algumas das explicações acerca dessa ruptura política sofrida pelo Brasil, em 1964. As interpretações acerca da origem do Golpe e da Ditadura Militar são oriundas de duas matrizes básicas, conforme, afirma Carlos Fico¹¹: a primeira estaria baseada na Ciência Política, com forte influência do modelo norte-americano e a segunda linha de análise estava baseada nos pressupostos da teoria marxista e as suas mais variadas correntes. Aqui não é pretendido esgotar

⁹ Esse autor começou a sua carreira política ao ingressar na PMDC – Prefeitura Municipal de Duque de Caxias – em 1967, como oficial de gabinete do prefeito Moacyr Rodrigues do Carmo (1967-71).

¹⁰ Usarei esse pseudônimo porque ainda não tenho autorização para a divulgação da entrevista na íntegra.

¹¹ Carlos Fico. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. *In* Revista Brasileira de História, São Paulo, n° 47, 2004/1, p. 29-60.

todas as obras que buscam explicar esse processo, mas apenas trabalhar, de forma sucinta, algumas das mais significativas.

Dentro dessa análise oriunda da Ciência Política destaca-se, primeiramente, Alfred Stepan¹² que não via a instituição militar como autônoma, mas sim como um subsistema que reagia a mudanças dentro do sistema. A causa do golpe seria a inabilidade de João Goulart em reequilibrar o sistema político. As intervenções militares antes de 64 se baseariam naquilo que Stepan classificou padrão moderador do papel exercido pelas Forças Armadas nas crises políticas. Porém, em 1964, esse padrão moderador foi rompido quando os militares ascenderam ao poder e lá permaneceram, devido às novas conjunturas que se impunham e na própria descrença frente ao sistema político em vigor.

Já para Wanderley Guilherme dos Santos¹³, a crise brasileira de 1964 foi devido a paralisia decisória e o golpe teria sido o resultado do emperramento do sistema político antes que uma reação a iniciativas governamentais. No entanto, não explica qual é o papel dos militares nesse processo e nem porquê foram eles o fator preponderante para romper essa paralisia decisória.

Dentro da leitura marxista mais clássica, encontra-se Jacob Gorender¹⁴. Esse autor, explica o golpe no esgotamento do processo de substituição de importação. A crise de 1962-1965 foi a primeira cíclica no Brasil, cuja solução foi aderir a estabilização do FMI, com perdas por parte dos trabalhadores. O presidente, com as reformas de base caminharia em sentido contrário a burguesia industrial associada ao capital estrangeiro, dando origem a modernização conservadora. Entre 1960 a 1964, mais especificamente, nos primeiros anos de 64 esboçou-se uma situação pré-revolucionária e o golpe da direita era contra-revolucionário e preventivo.

René Armand Dreifuss¹⁵ usa a análise gramsciana sobre as formas civis e militares de organização de poder para explicar as causas do golpe. O domínio do capital estrangeiro não encontrava correspondência política. Contrapondo-se ao populismo, esse bloco organizou grupos de pressão e federações profissionais de classe,

¹² Alfred Stepan. Os militares na política: as mudanças de padrões na vida brasileira. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.

¹³ Wanderley Guilherme dos Santos. O cálculo do conflito: estabilidade e crise na política brasileira. Belo Horizonte: Editora Ufmg, Iuperj, 2003.

¹⁴ Jacob Gorender. Combate nas trevas. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo: Ática, 1997.

¹⁵ René Armand Dreifuss. 1964: a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe. Rio de Janeiro: Vozes, 1981.

escritórios técnicos e anéis burocráticos-empresariais com o objetivo de que seus interesses tivessem expressão a nível governamental.

O “complexo IPES-IBAD” teria funcionado como um “Estado-Maior” da burguesia multinacional-associada desenvolvendo uma ação medida, planejada e calculada que a conduzisse ao poder. O golpe de Estado surgiu devido aos fracassos anteriores de chegada ao poder dentro da legalidade. Para isso, foi preciso construir uma rede de apoio dentro das Forças Armadas e por essa razão alguns dos mais destacados associados do IPES-IBAD foram oficiais influentes. Assim, para Dreifuss 64 não foi um golpe somente das Forças Armadas e os homens que ocuparam o governo não eram apenas tecnocratas imparciais e apertidários.

Para Daniel Aarão Reis¹⁶, o golpe de 64 veio para reforçar o capital internacional no bloco do poder, sendo possível graças ao caráter amplo e heterogêneo da frente contra Goulart, onde as Forças Armadas ofereciam a unidade impossível aos meios civis.

Ocorria, também, aversão a participação crescente das classes trabalhadoras no cenário político. Nesse sentido, Daniel Aarão Reis critica Dreifuss por superestimar a capacidade do complexo IPES-IBAD, pois na sua interpretação às direitas não eram meros joguetes do capital internacional tendo com estes uma relação dialógica. No entanto, concorda com Dreifuss de que a articulação do golpe foi civil-militar, com a liderança exercida pelos militares, em detrimento, das lideranças golpistas civis.

Não podemos descartar que o Golpe é visto, também, dentro de uma ótica preventiva ou contra-revolucionária por essa corrente de autores. Essa ação seria estimulada por forte descontentamento com a crescente autonomia de organização de diferentes segmentos da sociedade civil. Assim, o golpe ocorreu para evitar possíveis e profundas transformações nos sistemas tanto econômico quanto político brasileiro. Caio Navarro de Toledo¹⁷ que enfatiza dois elementos para o golpe:

Os fatores conjunturais, como a crise econômico-financeira, ampla mobilização das massas populares, fortalecimento do movimento operário e camponês e crise do sistema partidário, onde o governo Goulart não conseguia pleno respaldo das forças populares e trabalhadoras e nem se legitimava face ao conjunto das classes dominantes,

¹⁶ Daniel Aarão Reis Filho. O colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita *In*: FERREIRA, Jorge. (org.). O populismo e sua história: debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

¹⁷ Caio Navarro Toledo. A democracia populista golpeada *In* 1964: visões críticas a respeito do Golpe: Democracia e reformas no populismo. Campinas: Unicamp, 1997.

assim o presidente rompeu o pacto populista ao apostar num programa governamental reinventado pelos trabalhadores.

Para Toledo, o golpe veio para evitar o aprofundamento e consolidação da experiência democrática num sentido mais amplo, bem como, promover uma modernização conservadora que excluiu da cena política os trabalhadores ao por fim a democracia populista.

Contudo, a despeito das explicações sobre a origem, bem como, a causa para o Golpe Militar de 1964 e o seu caráter, o que interessa expressar dentro dessa configuração macro-histórica e macro-social é o seu profundo enraizamento dentro da sociedade brasileira.

Essa penetração exercida pela Ditadura Militar conseguiu férteis capilaridades, transformando as mais variadas dinâmicas políticas e cooptando os mais diversos grupos. Esses grupos para buscarem se manter no poder ou para conseguí-lo tiveram que estabelecer uma nova relação com os militares, o que inclui os grupos políticos de diversas áreas, entre eles os grupos políticos de Duque de Caxias.

2.1. A dinâmica política em Duque de Caxias: 1964 a 1971

Apesar de ser a mais notória figura política, em Duque de Caxias, desde os anos 40, Tenório Cavalcanti só conseguiu deter o controle do Executivo Municipal em 1963, quando elegeu seu primo Joaquim Tenório Cavalcanti prefeito. Até então, somente conseguira exercer controle sobre o Legislativo municipal pela sua própria presidência desse seu mesmo primo.

No entanto, esse pretense controle da máquina política local se demonstraria efêmero, já que depois do Golpe de 1964 e da edição do Ato Institucional Número 1 (AI-1) que no seu artigo 10 afirmava, complementado pelo seu parágrafo único,

“No interesse da paz e da honra nacional, e sem as limitações previstas na Constituição, os Comandantes-em-Chefe, que editam o presente Ato, poderão suspender os direitos políticos pelo prazo de dez (10) anos e cassar mandatos legislativos federais, estaduais e municipais, excluída a apreciação judicial desses atos.

Parágrafo único - Empossado o Presidente da República, este, por indicação do Conselho de Segurança Nacional, dentro de 60 (sessenta) dias, poderá praticar os atos previstos neste artigo.”

Assim, uma vez empossado o novo presidente da República, ele teria 60 dias para processar as cassações e realizar o saneamento político devido. Nesse ínterim, Tenório foi cassado no dia 13 de junho de 1964, apenas três dias depois de ter assumido na Câmara de Deputados, a vice-liderança de um bloco parlamentar de seis partidos pequenos e médios encabeçados pelo PSP¹⁸.

Em entrevista a Israel Beloch¹⁹, Tenório apontaria como motivo de sua cassação a acusação de traição que fez ao General Costa e Silva cerca de 10 anos antes, em 1954, quando do fracassado golpe que resultou no suicídio de Vargas. Diante disso afirmou,

“Então, quando vejo o Costa e Silva assumir, e eu o tendo acusado de traidor, eu então senti que iria sofrer e então me agarrei ao Castelo, sabendo que o Castelo já tinha o Costa e Silva na garganta (...)”.

Porém, essa nova tentativa de mudança política não surtiu efeito e após a cassação, Tenório Cavalcanti viu a derrocada de sua influência política em Duque de Caxias construída a base de uma engendradora prática clientelística. Para Mario Grynspan maior do que qualquer rivalidade anterior, isso ocorreu devido a adoção de;

“um tipo de postura politicamente mais definida, identificando-se com ela e como setores sociais mais específicos, aquelas estruturas podem terminar por se verem aprisionadas a um idioma único, privando-se de sua capacidade de transitar por esferas variadas, perdendo o seu caráter multifacetado, descolando-se, enfim, daquilo que é a garantia de sua versatilidade²⁰”.

Essa identificação a um grupo social mais específico, ou seja, um idioma único, traz, segundo o autor, a possibilidade de ser deslocado por mudanças abruptas de sistema político, como a ocorrida, em 1964. É a partir dessa mudança de conduta política nos anos 60 que Grynspan entende a cassação de Tenório como algo praticamente inevitável.

Mesmo após a cassação, ainda continuou detendo uma pequena ligação política através de seu genro Hydekel de Freitas que foi deputado estadual entre 1971 a 1975, depois deputado federal entre 1975 a 1982 e interventor nomeado em Duque de Caxias entre 1982 a 1985. Além disso, foi reeleito prefeito em 1988 e assumiu a vaga no Senado com a morte de Afonso Arinos, em 1990²¹.

¹⁸ NATALÍCIO TENÓRIO CAVALCANTI. Dicionário Histórico Bibliográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

¹⁹ Israel Beloch. Op. cit, p. 66.

²⁰ Mário Grynspan. Op. Cit, p. 89.

A sua cassação abriu espaços para que outros grupos políticos locais, conforme afirmou anteriormente o memorialista Stélio Lacerda. Contudo, na visão de José Cláudio de Souza Alves²² isso fazia parte de uma ação da Ditadura Militar na Baixada Fluminense, que tinha por objetivo,

“A reestruturação política feita pela Ditadura Militar no poder local da Baixada ao longo de 20 anos teve como principal objetivo suprimir, enfraquecer ou cooptar as formas de oposição política que existiam ou viessem a surgir. Cassações de prefeitos e vereadores, fechamento e ocupação de câmaras e prefeituras, imposição de interventores e pressão para o ingresso no partido governista foram estratégias empregadas ao longo desse período. Se inicialmente os próprios comandantes militares envolviam-se nesse processo, posteriormente as novas configurações do poder local passarão a operar os mecanismos de perpetuação da nova geopolítica regional”.

Nesse novo quadro político local e nacional, após o Ato Institucional Número 2 (AI-2) que, entre outras medidas, instituiu o bipartidarismo sob as legendas do MDB e da Arena, ocorreram as eleições para a prefeitura e a Câmara de Vereadores para a Legislatura de 1967 a 1971. Dois grupos se apresentaram: de um lado pelo MDB, o médico Moacyr do Carmo e o jornalista Ruyter Poubel, dono do Jornal local chamado Folha da Cidade. Do outro pela Arena, Hydekkel de Freitas. Ruyter Poubel ex-vice-prefeito do município, resume assim, essa eleição:

“Era a candidatura de um médico dos mais proeminentes da cidade e de um jornalista altamente combativo e já com treze anos de lutas em prol da cidade. A outra candidatura era do Hydekkel, que era tido como membro de uma juventude transviada. Uma candidatura apoiada pelo Joaquim Tenório, que mantinha os funcionários com seis meses de salários atrasados. Além de tudo isso, nós estávamos no MDB, e em plena ditadura militar, havia um desejo velado de uma represália contra o regime imposto. Muita gente havia sido cassada, presa. Por isso resolvi aceitar ser o vice do Moacyr²³”.

A citada vitória para as eleições de 1967 se deu pelo dobro de votos cerca de quarenta mil votos para a chapa mdebista contra aproximadamente vinte mil votos da chapa arenista. Essa vitória representativa nas urnas levou a um governo visto pelo mesmo como diferente, sendo apresentado da seguinte forma,

²¹ HYDEKEL DE FREITAS LIMA. Dicionário Histórico Bibliográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

²² José Cláudio de Souza Alves. Dos barões ao extermínio: uma história da violência na Baixada Fluminense. Rio de Janeiro: Duque de Caxias, 2003, p. 101.

²³ Entrevista de Ruyter Poubel a seção Memória Viva. Antonio Augusto Braz e Odemir Capistrano Silva. Duque de Caxias: Instituto Histórico Vereador Thomé Siqueira Barreto/ Câmara Municipal de Duque de Caxias/ Associação dos Amigos do Instituto Histórico, ano II, n° 3, dezembro/2003, p. 75.

“E foi um governo aberto. Expandiram-se muito as perspectivas do município. Fizemos um grande trabalho na área da educação. Só de escolas municipais e estaduais foram mais de 50 unidades. O Moacyr nunca teve trabalho em angariar essas obras. Nunca saiu de seu gabinete para pedir escola em Niterói. Eu e o Zoelzer é que fizemos esse trabalho. Eu escolhia os terrenos e o Zoelzer conseguia a liberação da obra. Eu escolhi pessoalmente o terreno de mais de 40 escolas. Na área da saúde, construímos dois hospitais e 7 postos de saúde²⁴.”

Enquanto isso, na outra ponta da sociedade, os sindicatos viveram uma extensa fase de repressão as suas atuações desde antes mesmo de 64, conforme demonstrado por Marcelo Badaró Mattos no seu artigo Greves, sindicatos e repressão policial no Rio de Janeiro²⁵. No entanto, após o golpe tiveram expulsos dos seus quadros membros que faziam tanto parte da direção como aqueles que compunham a base – termo usado pelos próprios sindicalistas para definirem aqueles participantes próximos, mas que não tinham postos na direção –. Segundo, o sindicalista J, a antiga Fábrica de Borracha (FABOR) foi convertida no local de interrogatório desses sindicalistas e, principalmente dos caminhoneiros, pois conforme relato do mesmo eram aqueles que mais conheciam os diversos setores da refinaria.

Marcelo Badaró Mattos no seu livro Trabalhadores e Sindicatos no Brasil demonstra que os elementos restritivos a ação sindical já estavam presentes na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). Essa restrição imposta pela CLT dava ao Ministério do Trabalho poder de intervir nos sindicatos e destituir a sua direção. Ainda segundo o mesmo autor, o período entre 1964 a 1967, presenciou,

“a cassação dos direitos políticos e a instauração de Inquéritos Policiais Militares contra os principais dirigentes sindicais cassados criaram, para os que conseguiram escapar da prisão imediata, a alternativa da clandestinidade ou do exílio²⁶.”

Essa foi a direção tomada pelo sindicalista J que depois do golpe não consegue rememorar o que se passava no sindicato, porque, uma vez demitido da Petrobrás não

²⁴ Essa suposta facilidade citada pelo ex-vice-prefeito, se ocorreu, foi porque seu irmão Zoelzer Poubel, além de sócio no semanário caxiense A Folha da Cidade, se elegeu deputado estadual nas mesmas eleições de 1967. Também era sócio da Rádio Clube Fluminense de São João de Meriti e da Rádio Difusora de Rio Bonito, além de ligações com outros jornais e rádios de grande circulação e difusão no Estado do Rio de Janeiro. Isso demonstra que as articulações políticas se davam muito além dos estreitos limites locais, mas se demonstrariam frágeis frente à nova situação que se apresentava.

²⁵ MATTOS, Marcelo Badaró. Greves, sindicatos e repressão policial no Rio de Janeiro (1954-1964) In Revista Brasileira de História, São Paulo, nº47, 2004/1.

²⁶ MATTOS, Marcelo Badaró. Trabalhadores e Sindicatos no Brasil. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2002, p. 66.

tinha mais contato com o sindicato e teve que sair do Rio de Janeiro para poder trabalhar. Além disso, uma consulta no livro de Atas de posse do Sindipetro demonstra uma mudança de diretores, porém ainda está em fase de pesquisa a relação desses novos diretores dentro do próprio meio sindical, bem como, a relação tida com os militares.

3. A entrada na Área de Interesse da Segurança Nacional: 1968

Em 1968, entretanto, essa reorganização política, depois da cassação de Tenório Cavalcanti e outros elementos da política local, sofreu mais um revés, quando da aprovação pelo Congresso Nacional da lei 5449/68 que declarava os Municípios de Interesse da Segurança Nacional. No Estado do Rio de Janeiro, ainda antes da fusão com o antigo Estado da Guanabara, o que somente ocorreu, em 1975, apenas o município de Duque de Caxias foi incluído, inicialmente. A causa para essa inclusão foi a existência da Refinaria de Duque de Caxias (REDUC) e do seu complexo de derivados de petróleo, complementado pela antiga FABOR.

Nas memórias do ex-vice-prefeito é possível destacar, segundo sua narrativa, duas ações empreendidas, a primeira diz respeito a iniciativas locais, nas quais ele se apresenta como um porta-voz, afirmando que,

“Fiz uma campanha muito grande contra Área de Segurança Nacional. Fiz primeiro na FOLHA. Depois fiz um manifesto e publiquei em vários jornais do Rio. Correio da Manhã, Diário de Notícias... Só jornais de grande circulação. O manifesto era assinado por vinte entidades de classe (todas as que existiam aqui na época). Isso foi em 68²⁷.”

Esse primeiro nível de articulação política a nível local, tentou se traduzir num pleito direto ao Congresso Nacional que foi feito da seguinte forma, relatado pelo mesmo,

“Mas então o Decreto feito pelo General Costa e Silva dependia de ser referendado pelo Congresso. Não se transformava em lei automaticamente. Como dependia da aprovação do Congresso, achávamos que a solução seria apenas política e fomos, eu, o Moacyr, os dezenove vereadores, Zoelzer, Silvério (deputado), Lázaro, Zulmar, e diversas outras lideranças políticas até Brasília pressionar o Congresso no sentido de não aprovar o Decreto. De nada adiantou o nosso esforço. Coagido e apavorado, o Congresso acabou aprovando o Decreto do General Costa e Silva e Caxias

²⁷ Entrevista de Ruyter Poubel a seção Memória Viva. Op. Cit, p. 76-77.

entrou na Área de Segurança Nacional, permanecendo por 20 anos²⁸”.

Nessas declarações percebe-se que a causa para a entrada do Município como Área de Interesse da Segurança Nacional estaria mais ligada a um medo do Congresso do que a um fracasso das manifestações políticas locais até porque depois desse episódio o então vice-prefeito foi detido, passando dez dias preso e sendo interrogado, a respeito dessas manifestações e colunas publicadas nos jornais.

Aqui, interessa além da entrada do município como Área de Interesse da Segurança Nacional seguido posteriormente por Angra dos Reis, em 1969 e Volta Redonda, em 1974, a própria interpretação do que era entendido como Área de Segurança Nacional.

A idéia da existência de uma Área de Segurança Nacional já encontrava seus conceitos iniciais na Constituição de 1946 que no seu artigo 28 especificava duas situações para a intervenção federal nos Municípios, fossem elas: quando os Municípios possuísem estâncias hidrominerais naturais beneficiadas pelo Estado ou pela União e a segunda situação mediante parecer do Conselho de Segurança Nacional que declarasse bases ou portos militares de excepcional importância para a defesa externa do País. Nessas duas situações o Governo Federal resguardava para si o ato de nomear os prefeitos.

Com a Constituição de 1967 e o novo conceito de Segurança Nacional de conteúdo mais extenso do que a “defesa externa do país”, segundo o anteprojeto que descaracterizava os municípios como Área de Segurança Nacional levaram a criação da nova denominação jurídica “Municípios de Interesse da Segurança Nacional”, regulamentada pelo decreto 64.124 de fevereiro de 1969²⁹. Na Constituição de 1967, essa figura aparece no artigo 15, parágrafo 1 que afirmava “*Serão nomeados pelo Governador, com prévia aprovação*”, complementada pela alínea b “*do Presidente da República, os Prefeitos dos Municípios declarados de interesse da segurança nacional, por lei de iniciativa do Poder Executivo*”.

²⁸ Idem, p. 76-77. Além dos já citados deputados estaduais pelo MDB: Silvério e Zoelzer Poubel, os dois outros citados textualmente, Zulmar e Lázaro, também foram deputados. Zulmar Batista foi deputado estadual entre os anos de 1963 a 1967, sendo que em 1968 era suplente de deputado federal pelo MDB, chegando a exercer mandato neste mesmo ano. Dicionário Histórico Bibliográfico Brasileiro: FGV, 2006. Já Lázaro de Carvalho foi eleito vice-prefeito, em 1963, pelo PSD. Em 1966, tornou-se presidente do diretório local do MDB. Foi eleito deputado estadual da Guanabara, em 1967 exercendo mandato até 1968, quando pelo AI-5, a Assembléia Legislativa foi dissolvida, sendo posta em recesso. Dicionário Histórico Bibliográfico Brasileiro: FGV, 2006.

²⁹ Projeto de Lei que descaracteriza os municípios como de interesse da Segurança Nacional. Arquivo Nacional. Fundo DSI, Ministério da Justiça. Caixa: 02/04668.

Essa prerrogativa já existente, na Constituição de 1967, serviu como justificativa para a lei 5449/68 que complementou essa legislação ao marcar para o ano de 1971 a nomeação de interventores – com um suposto respeito a legalidade dos mandatos que vinham sendo exercidos – obedecendo a seguinte hierarquia: indicação por parte dos governadores e aprovação do Ministro da Justiça e do Presidente da República. Isso ocorreu em Duque de Caxias, entre 1971 a 1985, tendo nesse período três interventores militares e um interventor civil³⁰.

4. Considerações Finais

Desde antes de 1971, as relações clientelísticas que marcavam a política de Duque de Caxias anteriormente ficaram seriamente abaladas. Com a tomada do Executivo pelos militares fica configurada, de forma mais clara, uma mudança nessas relações clientelísticas locais, onde os grupos políticos locais deixaram de construir suas próprias redes clientelísticas, dentro do município, junto a população local para serem apenas clientes dos militares, tendo assim, acesso a cargos públicos na administração local, entre outras possíveis benesses.

Em suma, apesar de Duque de Caxias ser uma área periférica dentro da geopolítica tanto do antigo Estado do Rio de Janeiro quanto do Estado da Guanabara no período, para o novo regime instalado pós-1964 essa localidade representava uma importância estratégica e, por isso, mereceria uma intervenção com uma administração por parte dos militares.

Do que fora exposto como parte inicial da pesquisa em andamento pretende-se articular a mudança no Executivo local, sentida de maneira mais ativa, em 1971, ao conjunto de mudanças anteriores a própria inclusão do município na Área de Interesse da Segurança Nacional.

Essas mudanças são articuladas as duas hipóteses principais que buscam sustentar a pesquisa que são: de um lado observar se esses grupos políticos pararam de construir suas próprias redes clientelísticas, dentro do município, junto a população local para serem apenas clientes dos militares ou não, mesmo com uma maior dificuldade de ascender a esses cargos, já que eleições para o Executivo estavam

³⁰ Nesse período foram três interventores militares: o primeiro foi o General da reserva Carlos Marciano Medeiros, entre 1971 a 1975. O segundo foi o Coronel da reserva Renato Moreira da Fonseca, entre 1975 a 1978 e, por último, o Coronel Américo de Barros, entre 1978 a 1982. Por último o interventor civil, Hydekel de Freitas, entre 1982 a 1985.

suspensas sobrando apenas o Legislativo a nível local, estadual e federal continuaram a conceber padrões e redes clientelísticas próprias.

Noutro sentido, olhando um pouco mais abaixo na escala de relações políticas locais, o sindicato dos petroleiros, observar se eles realmente estavam totalmente excluídos das práticas clientelísticas realizadas pelos militares. Além disso, mapear como eles foram reprimidos e perseguidos, tanto logo após o golpe, em 1964, quanto a posterior intervenção dos militares na administração municipal, em 1971, e se ocorreu um aumento dessa repressão nesse período.

5. Bibliografia

5.1. Fontes Primárias

Constituição de 1946.

Ato Institucional Número 1 (AI-1).

Ato institucional Número 2 (AI-2).

Constituição de 1967.

Lei 5449/68.

Projeto de Lei que descaracteriza os municípios como de interesse da Segurança Nacional. Arquivo Nacional. Fundo DSI, Ministério da Justiça. Caixa: 02/04668.

Entrevista de Ruyter Poubel a seção Memória Viva. Antonio Augusto Braz e Odemir Capistrano Silva. Duque de Caxias: Instituto Histórico Vereador Thomé Siqueira Barreto/ Câmara Municipal de Duque de Caxias/ Associação dos Amigos do Instituto Histórico, ano II, nº 3, dezembro/2003.

Entrevista do sindicalista J. em 10/07/2006.

5.2. Bibliografia

ALVES, José Cláudio de Souza. Dos barões ao extermínio: uma história da violência na Baixada Fluminense. Rio de Janeiro: Duque de Caxias, 2003.

BELOCH, Israel. Capa Preta e Lurdinha: Tenório Cavalcanti e o povo da Baixada. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1984. Dissertação de Mestrado.

CARVALHO, José Murilo. Pontos e Bordados: escritos de história e política. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

DINIZ, Eli. Voto e Máquina Política: patronagem e clientelismo no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

DREIFUSS, René Armand. 1964: a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe. Rio de Janeiro: Vozes, 1981.

FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. *In* Revista Brasileira de História, São Paulo, nº 47, 2004/1.

GORENDER, Jacob. Combate nas trevas. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo: Ática, 1997.

GRYNSZPAN, Mário. Os Idiomas da Patronagem: um estudo da trajetória de Tenório Cavalcanti *In* Revista de Ciências Sociais, nº14. Rio de Janeiro: Vértice/ANPOCS, 1990, p. 73-90.

HYDEKEL DE FREITAS LIMA. Dicionário Histórico Bibliográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

LACERDA, Stélio. Uma passagem pela Caxias dos anos 60: Fragmentos de Memória e registro diversos. Duque de Caxias: Edição do Autor, 2001.

MARQUES, Alexandre dos Santos. Militantes da Cultura em uma área periférica: Duque de Caxias (1950-1980). Vassouras: Universidade Federal Severino Sombra. Dissertação de Mestrado, 2005.

MATTOS, Marcelo Badaró. Trabalhadores e Sindicatos no Brasil. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2002.

_____. Greves, sindicatos e repressão policial no Rio de Janeiro (1954-1964) In Revista Brasileira de História, São Paulo, nº47, 2004/1.

NATALÍCIO TENÓRIO CAVALCANTI. Dicionário Histórico Bibliográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

REIS FILHO, Daniel Aarão. O colapso do colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita In: FERREIRA, Jorge. (org.). O populismo e sua história: debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. O cálculo do conflito: estabilidade e crise na política brasileira. Belo Horizonte: Editora Ufmg, Iuperj, 2003.

SARMENTO, Carlos Eduardo. No balanço das redes: o individual e o coletivo nas relações clientelísticas. Rio de Janeiro: CPDOC, 2001.

SOUZA, Marlúcia S de. Escavando o passado da cidade. Duque de Caxias e os projetos de poder político local: 1900-1964. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2002. Dissertação de Mestrado.

STEPAN, Alfred. Os militares na política: as mudanças de padrões na vida brasileira. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.

TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: o golpe contra as reformas e a democracia In: REIS FILHO, Daniel Aarão, RIDENTI, Marcelo e MOTTA, Rodrigo Pato Sá (orgs.). O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-1984). São Paulo: Edusc, 2004.